



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

**PROCESSO** : 0020637-10.2025.6.05.8000  
**INTERESSADO** : CASTELO MULTIMÍDIA  
**ASSUNTO** :

**PARECER nº 19 / 2026 - PRE/DG/ASJUR1**

1. Após o nosso anterior opinativo (doc. n.º 3677787), retornam a esta Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos os autos com a seguinte informação da Coordenadoria de Gestão de Aquisições, Licitações e Contratos (doc. n.º 3683705).

Em atenção ao despacho n.º 3683265, informa-se que não é possível operacionalmente no sistema Compras.Gov.br a correção do quantitativo lançado para a convocação das licitantes remanescentes, uma vez que já foi aberta a sessão do pregão.

Dessa forma, para que se aproveite a ordem de classificação do certame em tela, com as licitantes e seus lances já cadastrados, sugere-se que seja feito um aviso no sistema, informando o quantitativo correto que será demandando pela administração para o item 13, que de acordo com o edital é de no máximo 6 unidades, e não 13 unidades como constou no sistema. Se a informação da redução do quantitativo (de 13 para 6), conforme consta no Edital, for desinteressante economicamente para a licitante, essa terá o direito de não manter sua proposta original, por meio de informação no *chat* da sessão do pregão, sendo justificada a desistência.

Cabe ressaltar que os quantitativos licitados, conforme TR, é sob demanda. Entendo, desse modo, que essa seria a melhor solução, visando à convalidação do certame, tendo em vista o princípio da economicidade, sem ferir o princípio da isonomia, respeitando-se o interesse público e o interesse privado, na tentativa de se aproveitarem os atos já praticados.

Com efeito, tal solução se alinha com o formalismo moderado e a economicidade, evitando a anulação de atos, a repetição de fases internas e custos adicionais (desperdício de tempo e recursos), uma vez se trata de erro formal, que pode ser sanado, desde que haja ciência e aquiescência das licitantes.

À SGA para ciência e encaminhamento à ASSESD, com urgência.

2. A circunstância, a rigor, deveria acarretar a anulação do procedimento. Todavia, à vista da urgência da demanda, informada pela COGELIC, a alternativa proposta, pautada também no princípio da economicidade, parece a mais adequada *in casu*.

2.1. Ademais, não há que se falar em quebra de isonomia, uma vez que a redução do quantitativo do objeto, pela economia de escala, não permite supor que outras licitantes poderiam formular propostas mais vantajosas.

3. Assim, como já havíamos consignado, deverá ser deferido o pedido de desistência da Castelo Multimídia (cabendo registrar que o mesmo abrange todo o ajuste e não apenas o item 13) e reaberto o procedimento, seguindo-se o trâmite descrito nas condições 14.4 a 14.4.4 do edital.

É o parecer.



Documento assinado eletronicamente por **Cláudia Nascimento Costa, Analista Judiciário**, em 21/01/2026, às 11:01, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3684426** e o código CRC **307F37F7**.





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

**DECISÃO nº 3684679 / 2026 - PRE/DG/ASSESD**

1. Regressa o presente feito a esta Unidade Diretiva com manifestação da COGELIC (doc. nº 3683705), corroborada pela SGA (doc. nº 3684176), em resposta ao despacho deste subscritor constante no documento nº 3683265.

2. A COGELIC se manifestou em documento nº 3683705, apresentando as seguintes ponderações:

Em atenção ao despacho nº [3683265](#), informa-se que não é possível operacionalmente no sistema Compras.Gov.br a correção do quantitativo lançado para a convocação das licitantes remanescentes, uma vez que já foi aberta a sessão do pregão.

Dessa forma, para que se aproveite a ordem de classificação do certame em tela, com as licitantes e seus lances já cadastrados, sugere-se que seja feito um aviso no sistema, informando o quantitativo correto que será demandando pela administração para o item 13, que de acordo com o edital é de no máximo 6 unidades, e não 13 unidades como constou no sistema. Se a informação da redução do quantitativo (de 13 para 6), conforme consta no Edital, for desinteressante economicamente para a licitante, essa terá o direito de não manter sua proposta original, por meio de informação no *chat* da sessão do pregão, sendo justificada a desistência.

Cabe ressaltar que os quantitativos licitados, conforme TR, é sob demanda. Entendo, desse modo, que essa seria a melhor solução, visando à convalidação do certame, tendo em vista o princípio da economicidade, sem ferir o princípio da isonomia, respeitando-se o interesse público e o interesse privado, na tentativa de se aproveitarem os atos já praticados.

Com efeito, tal solução se alinha com o formalismo moderado e a economicidade, evitando a anulação de atos, a repetição de fases internas e custos adicionais (desperdício de tempo e recursos), uma vez se trata de erro formal, que pode ser sanado, desde que haja ciência e aquiescência das licitantes.

3. Instada, a ASJUR se pronunciou em parecer nº 19, documento nº 3684426 e pautada também no princípio da economicidade, vislumbra que a alternativa proposta pela COGELIC parece a mais adequada *in casu*.

4. De fato, a publicação de aviso no sistema é a opção que mais se adequa à situação em análise, considerando o princípio da economicidade dos atos administrativos e, notadamente, a urgência da demanda.

5. Deste modo, lastreado no parecer da ASJUR1 em documento nº 3684426, cujos fundamentos adoto e que passa a integrar a presente decisão, e com amparo nas atribuições do art. 143, da Resolução Administrativa TRE-BA nº 27/2024, **DEFIRO** o pedido de desistência da Castelo Multimídia, salientando que abrange todo o ajuste e não apenas o item 13 e **DETERMINO A REABERTURA DO PROCEDIMENTO**, autorizando a publicação de aviso no sistema comprasnet, devendo, ainda, ser observada a necessidade de seguir o trâmite descrito nas condições 14.4 a 14.4.4 do edital, nos termos proposto pela ASJUR1, para o presente certame licitatório.

6. Por fim, em face da tramitação de processos paralelos com decisão de mérito referentes a objetos comuns, **DETERMINO** à SGA que anexe o presente expediente ao SEI 0007630-48.2025.6.05.8000.

7. Encaminhe-se à SGA e SOF, para ciência e providências, salientando que o pregoeiro deverá dar publicidade, em campo próprio do sistema comprasnet, à presente decisão e parecer jurídico que a integra.

8. Simultaneamente, à ASCOM, via SGPRES, para conhecimento.

**RAIMUNDO VIEIRA**  
Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo de Campos Vieira, Diretor Geral**, em 21/01/2026, às 12:41, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3684679** e o código CRC **8B674E7D**.



# Quadro informativo

**Pregão Eletrônico N° 90011/2025** ([Lei 14.133/2021](#))

**UASG 70013 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

---

22/01/2026 09:42

Considerando a desistência da licitante, declarada vencedora do certame, em assinar o contrato, com Base na decisão da Diretoria-Geral, que DETERMINOU a reabertura do Pregão Eletrônico nº 90011/2025, e, considerando o quanto contido na condição 14.4.do edital, e, nos termos da condição 7.6. do edital, respeitando-se assim o prazo mínimo de 24 horas entre a data do aviso e a da reabertura da sessão, comunico que fica agendada para o dia 23 de janeiro de 2026, às 10h (horário de Brasília) a reabertura do presente Pregão Eletrônico, para convocação das licitantes remanescentes, respeitando a ordem de classificação, nos termos das condições 14.4. a 14.5.1. do instrumento editalício.